

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENNAN KLOSOVSKI WERNER

MONOGRAFIA

**FATORES QUE ATRASARAM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CHINA DA
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL ATÉ A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

CURITIBA

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENNAN KLOSOVSKI WERNER

MONOGRAFIA

**FATORES QUE ATRASARAM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CHINA DA
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL ATÉ A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

Trabalho apresentado à disciplina de
Monografia II, requisito para a conclusão do curso de
economia, ao professor Demian Castro.

CURITIBA

2018

"Há homens que perdem a saúde para juntar dinheiro e depois perdem o dinheiro para recuperar a saúde. Por pensarem ansiosamente no futuro, esquecem o presente, de tal forma que acabam por nem viver no presente nem no futuro. Vivem como se nunca fossem morrer e morrem como se nunca tivessem vivido".

Confúcio

RESUMO

A determinação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que hoje é vista deve-se principalmente pelo início precoce de suas industrializações nos séculos de grande expansão comercial internacional. Países que inicialmente não tiveram interesse ou não tiveram capacidade de investimento nessas inovações fatalmente distanciaram-se do poder econômico e político mundial, obrigando-os ao fornecimento de insumos ou produtos agrícolas de baixo retorno, ao invés de produtos manufaturados industrializados de alto retorno. A corrida industrializadora na China começou como uma típica nação em desenvolvimento, de forma atrasada, diversos fatores internos propiciaram uma letargia inovadora, que culminaram em grandes dificuldades de crescimento econômico em seus inúmeros planejamentos governamentais. Este trabalho tem por objetivo geral apontar os fatores que tornaram o desenvolvimento industrial e consequentemente o desenvolvimento no país tardio desde a Revolução Industrial até meados do século XX, como objetivo específico primeiro apontar isoladamente as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas no período, para segundo apontar a coletividade dos fatos decorridos como responsáveis pela demora do desenvolvimento industrial no país, apontando através de descrições históricas que além de políticas mal calculadas e conflitos que trouxeram grandes prejuízos ao país, parte do insucesso das políticas adotadas estava enraizada em sua rica e estagnante cultura milenar.

Palavras Chave: China, Atraso, Inovação, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The determination between developed and developing countries nowadays is mainly due to the early start of their industrialization in the centuries of great international commercial expansion. Countries that initially had no interest or did not have investment capacity in these innovations inevitably distanced themselves from world economic and political power, forcing them to supply low-return inputs or agricultural products instead of high-return industrialized manufactured goods. The industrializing race in China began as a typical developing nation, in a delayed way, several internal factors led to an innovative lethargy, which culminated in great difficulties of economic growth in its many governmental plans. The main objective of this work is to identify the factors that have made industrial development and

consequent development in the country late since the Industrial Revolution until the middle of the twentieth century, as a specific objective to first point out the political and economic difficulties faced in the period. collectively of the facts that were responsible for the delay of the industrial development in the country, pointing out through historical descriptions that besides badly calculated policies and conflicts that brought great damages to the country, part of the failure of the policies adopted was rooted in its rich and stagnant millennial.

Key Words: China, Delay, Innovation, Economic Development.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CRN	- Comissão de Recursos Naturais
PCC	- Partido Comunista Chinês
RPC	- República Popular da China

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. APRESENTANDO A CHINA.....	11
1.1 Geografia	11
1.2 População	11
1.3 Agricultura	13
1.4 Industrialização e Tecnologia	14
2. CULTURA	17
2.1 Sistema de Hierarquias e Enfaixe dos Pés das Mulheres	19
2.2 Lei.....	19
3. DIFICULDADES DO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	22
3.1 Breve Desenvolvimento Comercial.....	22
3.2 A Guerra do Ópio.....	24
3.3 Tratados Comerciais.....	25
3.4 Conflitos Internos.....	27
3.5 A Queda da Última Dinastia Chinesa	28
4. POLÍTICAS DOS SÉCULO XX.....	30
4.1 A República da China	30
4.1.1 Dificuldades Nacionalistas	34
4.2 A República Popular da China.....	37
4.2.1 Mao Zedong.....	39
4.2.2 O Grande Salto para Frente	42
5. CONCLUSÕES	44
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

O Estado chinês foi capaz durante um longo período de liderar, incentivar e controlar, a introdução de invenções que contribuíam para manter e aumentar seu poder econômico e político mundial até o século XVII, mas o que se via até então, uma economia baseada fundamentalmente na exploração da produção exercida pela sua enorme massa camponesa, com uso da força braçal e uso extensivo das terras, não mais acompanhava a rápida e constante produção de manufaturas dispostas na Revolução Industrial, que se instaurava na Europa e posteriormente no restante do mundo.

A China, assim como diversos outros países, não se industrializou ao mesmo tempo que os países Europeus, fazendo das atividades principais de sua economia, o fornecimento de matérias primas e produtos agrícolas de baixo retorno financeiro. O caminho de descobertas e inovações da Revolução Industrial foi o ponto de partida do distanciamento chinês de outros países quanto ao poder econômico e político mundial. Após a “largada” tardia industrializadora, a China dispôs grandes esforços na tentativa de recuperar seu antigo poder político e econômico global, mas esbarrou em diversas dificuldades internas e externas que acabaram por atrasar seu desenvolvimento econômico até a segunda metade do século XX.

A China, antes das modificações de mecanizações fabris fora a maior civilização do mundo, mesmo comparada a Europa, sua produtividade agrícola, até então suas habilidades industriais, sua complexidade comercial, sua riqueza urbana ou seu padrão de vida não eram vistos em qualquer outro lugar do mundo. Mas então, por que a China, mais tarde, depois do início da Revolução industrial se atrasou comparada a outros países, principalmente os Europeus?

A resposta se encontra em parte na China e em parte no estrangeiro. Desde a época da Revolução Industrial, que começou na Inglaterra por volta de 1750, a ciência e tecnologia industrializadora tornaram-se obsoletas no país, primeiro pelo rápido desenvolvimento da maquinaria e produtividade estrangeira, não acompanhado pelas indústrias chinesas, e segundo pela relutância do povo chinês a mudanças no seu modo de vida, já que, para transformar o país era necessário abri-lo às técnicas e culturas estrangeiras.

Portanto, essa monografia tem por objetivo geral apontar os fatores que atrasaram o desenvolvimento industrial chinês, e conseqüentemente atrasaram o desenvolvimento econômico no país, da Revolução Industrial até a segunda metade

do século XX, período em que finalmente sua economia ascendeu a ponto de tornar-se a segunda economia mundial nos tempos atuais. Quanto aos objetivos específicos, primeiro, apontar isoladamente as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas no período, e, segundo apontar a coletividade dos fatos decorridos como responsáveis pela demora do desenvolvimento industrial no país.

As diferenças no processo de industrialização e principalmente o tempo necessário em cada país nessas mudanças produtivas, acabaram definindo o tamanho da economia dos países na Revolução Industrial. A diferença no caminho das descobertas e inovações foi uma forma de distanciar as nações no respeito ao poder econômico e político. Essas diferenças marcam até nos dias atuais as nações que são divididas entre países desenvolvidos como os Europeus dos subdesenvolvidos como a China, que mesmo investindo quantias pesadas em pesquisa e desenvolvimento, possuindo taxas anuais de crescimento elevadas e exercer grande influência política e econômica sobre o mundo atualmente, ainda não desenvolveu sua total capacidade. O fato da China enfrentar múltiplas dificuldades nesse processo a condicionou ser um país ainda em desenvolvimento, e, caso não tivesse enfrentado tamanhos problemas, provavelmente estaria no olhar mundial como a principal força política e econômica do mundo, logo o tema ainda deve ser amplamente pesquisado e investigado.

Para isso, a metodologia adotada foi a utilização de descrições históricas dos fatos, através da análise de arquivos digitais, como sites, revistas e relatórios, e, pesquisa bibliográfica. Os principais autores que contribuíram com o trabalho foram John King Fairbank e Merle Goldman (2008) com o livro *China – Uma Nova História*.

O trabalho está dividido em cinco capítulos, o primeiro faz uma apresentação da China, dentre as quais uma apresentação breve de sua geografia que em boa parte não permite produzir, seu crescimento populacional e os resultados das dificuldades de criação de empregos pelo tamanho a que chegou a população, a importância da agricultura no estilo de vida chinês e a realidade da tentativa de introdução da industrialização e tecnologia no país. O segundo capítulo apresenta os fatores culturais que limitaram o desenvolvimento industrial e econômico, através do sistema de hierarquias e códigos de ensino e religiões que perpetuavam a imobilidade social. No terceiro capítulo as dificuldades do início da industrialização são apontadas em exemplos das perdas na abertura ao estrangeiro do país, nos tratados comerciais, nos vários conflitos internos e na queda de sua última dinastia. O capítulo quatro são

apresentadas as políticas do século que antecederam o real desenvolvimento econômico da década de 1970, governos que foram fortemente estudados pelos desenvolvedores futuros para não cometerem as mesmas barbáries. Por fim o quinto capítulo apresenta as conclusões do trabalho, revelando que o atraso de seu desenvolvimento foi o resultado de diversas políticas mal estudadas que por várias vezes geravam conflitos dentro do país, atrelada a dificuldades populacionais e a cultura estagnante que a população carregava consigo.

1. APRESENTANDO A CHINA

1.1 Geografia

A China tem 720.000 km² cultiváveis, olhando para esse território pareceria uma extensão territorial abundante para produção da cesta de consumo de sua população, porém sua população passa dos 1,3 bilhões de habitantes. Fazendo uma breve comparação com os Estados Unidos, o país possui 912.000 km² cultiváveis para suprir menos de ¼ da população do que comparado à China.

Desertos e montanhas são em várias regiões do país facilmente encontrados, geram grande variedade de paisagens e zonas climáticas, mas paisagens belas como essas regiões proporcionam não geram alimento para sua população. O dever de alimentar 23% da população mundial com apenas 7% de área cultivável do mundo requer grande dedicação e superação, mais de 85% de seus habitantes estão situados em apenas 33% de seu território. Quase a totalidade do território cultivável é voltado a produção de alimentos, 2% para o pasto, e quase 90% para o plantio, da qual a rizicultura tem papel fundamental, ainda que feito em grande parte de forma braçal.

O índice pluviométrico médio anual na planície norte tem um nível aproximado de 55 a 69 cm, para entendermos esse nível, comparado a seu vizinho Índia, detentor de uma população quase tão grande quanto a China, possui um índice pluviométrico médio de 121 cm anuais, mesmo possuindo desertos. Atrelado a isso os invernos são rigorosos e duram cerca de seis meses no norte do país, resultando praticamente numa exclusão da utilização norte na produção.

Existem divisões das províncias, essas divisões das regiões são chamadas de macrorregiões, obviamente a área central possui maior grau de importância, enquanto que as áreas periféricas se ajustam a seu papel marginal e de subordinação. As fronteiras das províncias não foram feitas para fortalecer a região, e sim para conter. Caso não existissem essas delimitações, uma única província poderia exercer pleno poder sobre o rio Yangzi, por exemplo, que poderia via a controlar o Estado.

Apesar de seu tamanho, esse subcontinente permaneceu como uma só unidade política, diferente da Europa que se desmembrou em dezenas de países.

1.2 População

O comércio foi um facilitador da expansão populacional chinês, forneceu condições que permitiram o início da industrialização, avanço da ciência, tecnologia,

expansão industrial, avanços nos transportes e comunicações, devido a isso podemos dizer que o aumento populacional foi acompanhado e facilitado pelo crescimento do comércio, sem essa interação provavelmente a população não teria subsídios para crescer.

Com exceção dos tempos modernos, sempre foi muito difícil apontar com precisão seu tamanho populacional ou dados demográficos como idade, sexo, estado civil e migrações, os registros antigos tinham propósitos governamentais, com o objetivo de identificar pessoas capazes de cultivar terras, pessoas com possibilidades de trabalhar para o serviço público, no exército ou o principal, para pagar impostos.

No período da dinastia Han, que perdurou do ano de 206 a.C. até 220 d.C. a estimativa populacional encontrava-se aproximadamente em 60 milhões de habitantes. Nesse período o favoritismo e a corrupção resultaram em nomeações inadequadas de governantes, explorações desenfreadas do povo iniciaram-se, foram desconsiderados os interesses dos comerciantes e magnatas e um enfraquecimento do poderio militar geraram o declínio da dinastia Han, o resultado foi um longo período sem aumento populacional. Tanto que em uma dinastia futura, a dinastia Tang, que perdurou do ano de 618 d.C. até 907 d.C. sua população encontrava-se aproximadamente entre 50 e 60 milhões de habitantes.

Avançando as dinastias para exemplificar a expansão populacional, na dinastia Song, 960 d.C. até 1279 d.C., a população chegou a casa dos 120 milhões de habitantes, chamada de idade de ouro, foi um império que trouxe curiosidades, porque de um lado sua cultura evoluiu, houveram avanços tecnológicos, produções de novos materiais, sua filosofia política, governo e cultura de elite também foram sofisticados, um império abastecido a livros impressos, que priorizavam os mais cultos. Porém do outro lado foi o período das invasões tribais, foi o período que a Ásia Interior gradualmente tomou posse administrativa e militar da China, isto é, conciliado a uma melhor qualidade de vida, as invasões fizeram com que a população aumentasse consideravelmente de tamanho.

Pode-se presumir que em 1600 esse número era de cerca de 150 milhões, de 1741 até 1851 os números aumentaram praticamente de forma constante, terminando em cerca de 432 milhões, e de 1790 a 1840 surpreendentemente esse número ainda dobrou. O contato com o Ocidente, a quase total paz interna, melhoria dos transportes, controle de doenças e principalmente a melhora no suprimento de alimentos fizeram o número populacional ser grandioso. Segundo Dwight Perkins (1969), citado por

Fairbank (2008, p.164), apontou em sua pesquisa que o crescimento para 700 milhões ou mais de pessoas, em 1960, tornou-se possível pelo aumento constante do suprimento de grãos, que cresceu cinco ou seis vezes entre 1400 e 1800 e subiu mais de 50% entre 1800 e 1965. Infelizmente não acompanhado do desenvolvimento econômico e social, o que gerou muita pobreza para sua população.

Observa-se que mesmo em períodos antigos, caracterizados pela falta de tecnologias, processos de extrações e produções rudimentares, que dificultavam a alimentação e outras dificuldades importantes para a sobrevivência como doenças, a China já possuía uma grande população, que comparada até mesmo nos dias atuais seria considerada enorme para diversos países. No período da Revolução Industrial a estimativa populacional da China era próxima dos 430 milhões de habitantes, isto é, a China possuía a preocupação de alocar sua força trabalhadora a algum tipo de trabalho, porém a Revolução Industrial trazia mecanizações que reduziam a necessidade de muitas pessoas trabalharem na mesma função, e, com a chegada de melhorias provindas do exterior, sua população passou a viver mais, consequentemente cresceu, aumentou consideravelmente no período pós abertura internacional, gerando grande pressão populacional quanto a disponibilidade de empregos a sociedade, justamente nos séculos de grande desenvolvimento econômico mundial, portanto, os governantes além de desenvolverem sua industrialização, também precisavam preocupar-se com o nível de desemprego do país.

1.3 Agricultura

O aumento do suprimento de alimentos ocorreu devido ampliação das áreas cultivadas, juntamente com o aumento da produtividade, os fazendeiros incrementaram a colheita por unidade de terra. Foram introduzidos variedades de arroz, com amadurecimentos mais precoces, possibilitando colheitas duplas, novas culturas de cereais, que podiam ser cultivados em solos mais secos e em terras marginais das colinas, o cultivo de batata-doce que crescia em solo arenoso serviu de base alimentar para famílias pobres. A agricultura foi um dos precursores no avanço tecnológico do país.

Foram investidos altos valores capitais na melhora de produtividade agrícola no país, inúmeros instrumentos apareceram com o passar dos anos, animais de carga e excrementos humanos foram incluídos na produção, uma grande melhora na

produtividade causada pela irrigação, que de 1400 a 1900 teve triplicado o total de terras irrigadas. A população crescente foi alimentada por uma agricultura mais intensiva, com maior utilização de fertilizantes e de trabalho, que por sua vez era em sua maior parte braçal, consumindo muito da mão-de-obra disponível de sua população.

“O arroz tornou-se o esteio da vida da China desde os tempos dos Song. Mas, com certeza, era um trabalho que exigia grande esforço”. (FAIRBANK, 2008, p. 166).

A área cultivada aumentou para suprir o crescimento populacional, o arroz teve crescimento quase indefinido, enquanto que a força de trabalho não, ficou clara uma diminuição dos retornos das produções.

O sistema de trabalho intensivo nas fazendas da China e o investimento de trabalho em cada unidade de terra tornou esse investimento muito maior que qualquer outro lugar do mundo, a China insistiu por muito tempo em aplicar seu capital no método de agricultura intensiva, que acabara por limitar seu crescimento no futuro, já que sua população responsável pelo crescimento não aumentaria para sempre.

Observando a área cultivada chinesa, foi nítida a relação de que a população chinesa cresceu junto à sua produção de arroz, mas o uso adicional de terras na produção estava rendendo cada vez menos, uma diminuição nos retornos das produções se acentuou, pois, as novas terras incorporadas a produção eram menos acessíveis e menos férteis, tornando cada aumento de produção menos eficiente. Assim as famílias rurais produziam cada vez menos para cada acréscimo de terreno incorporado a produção.

Fairbank (2008, p166) ainda conclui que “a pressão populacional”, no sentido de um excesso de pessoas tornou a terra mais escassa que o trabalho e por esse motivo gerou uma mão-de-obra mais barata no país.

1.4 Industrialização e Tecnologia

O crescimento econômico sustentado por um longo período de tempo somente é possível em sociedades cultural e politicamente abertas a inovações. As inovações têm por necessidade a condição de evolução política e social para resultar em aplicações inovadoras, sem o impedimento pela parte governamental. Uma sociedade pode criar muitas invenções, mas relativamente poucas inovações, foi o caso da China, que devido à suas inúmeras invenções já foi uma soberana econômica, seu comércio, cultura e avanços tecnológicos por séculos a deixou no ápice do

desenvolvimento econômico mundial, mas seu retrocesso apareceu, causado pela letargia que sua própria cultura pouco inovadora lhe causou. Por outro lado, uma sociedade pode criar relativamente mais inovações do que invenções, foi o caso da Europa, onde invenções provenientes de outras civilizações, principalmente da China, se transformaram em inovações de grande impacto econômico.

A expansão do comércio internacional dos séculos XVI e XVII trouxe um extraordinário aumento da riqueza para a burguesia europeia, permitindo a acumulação de capital capaz de financiar o progresso técnico e o alto custo da instalação nas indústrias. A burguesia européia, fortalecida e enriquecida, abriu os precedentes necessários para a futura então Revolução Industrial, passou a investir na elaboração de projetos para aperfeiçoamento das técnicas de produção e na criação de máquinas para a indústria.

O processo de industrialização na Revolução Industrial foi iniciado pela Inglaterra, beneficiada, além das riquezas exploradas das Américas, como plantações no Caribe, açúcar no Brasil ou tabaco e algodão de outros países, aproveitaram de sua proximidade às reservas de carvão mineral, reservas essas localizadas perto dos polos industriais do país, que, também era rodeado por mares, possuindo acessibilidade aos portos, tornando a máquina a vapor possível e modernizadora.

Diferentemente desse cenário, encontrava-se a China, que além de possuir uma extensão territorial muito maior que a dos ingleses, possuía dificuldades de conexões entre os vários locais internos, quando não se deparavam com montanhas ou desertos nos caminhos. As reservas de carvão localizavam-se ao Norte do país, tornando o caminho até sua costa industrial desafiadora pelos milhares de quilômetros de distância. O custo com transporte atrelado a uma mão de obra braçal que por várias vezes rejeitavam máquinas que pudessem tomar o lugar do povo, tornaram o processo de industrialização no momento da Revolução Industrial inaplicável ao modelo econômico e político, fatores não internacionais direcionaram o atraso na corrida industrializadora chinesa.

A tecnologia chinesa em tempos anteriores ao da Revolução Industrial era considerada avançada perante o resto do mundo, desde períodos antigos já se observavam melhorias de produções, principalmente rurais, porém essas inovações que por hora haviam sido ótimas para sua sociedade, foram o fator de limitações futuras. Muito das melhorias tornaram-se tradições entre a sociedade, de geração em

geração as famílias, na maioria rural passavam seus conhecimentos da mesma forma que o recebiam, o uso intensivo de terras e trabalhos braçais tornaram-se regras básicas no país. Essa cultura perpetuou-se, fez de seus primeiros períodos um marco histórico de desenvolvimento, já posteriormente o condenou a um retrocesso tecnológico comparado a diversos outros países que se estabeleceram por ali em diante.

O fato de a população chinesa ter alcançado números muito expressivos teve fundamental impacto na ordem tecnológica, devido a uma excessiva abundância de mão de obra tornaram-se menos necessárias inovações ou invenções que economizassem trabalho. Fairbank (2008, p.167), aponta a obra de Kang Chao (1986), observando que as 77 invenções para utilização na agricultura datadas de um manual do ano 1313 não aumentaram de forma perceptível em trabalhos posteriores similares.

Quando o esforço foi desviado da área rural para outros tipos de produções, como o artesanato por exemplo, o excesso de mão de obra mais uma vez impactou o avanço tecnológico do país, pois sua oferta era muito elevada, fazendo com que o trabalho ficasse mais barato. O artesanato também passou a ser feito por mulheres rurais, gerido por modestas lojas caseiras, de trabalho quase escravo, ganhos menores a subsistência, produzindo produtos manufaturados abaixo do preço de mercado. Paralelamente as máquinas “roubavam” a força de trabalho dos cidadãos, já que não mais eram necessários vários trabalhadores para desempenhar a mesma função, áreas como transporte e indústria eram dominadas pelos equipamentos, diminuindo o poder de compra para bens manufaturados em sua economia interna.

O processo de industrialização chinesa foi conturbado, fatores geográficos, populacionais, alimentícios, relutância a inovações tecnológicas, choques culturais e religiosos, pouco cumprimento da lei, entre outros fatores dificultaram essa modernização. O Resultado foi uma diminuição massiva de empresários dispostos a investir em aumento industrial, e o que é pior, uma diminuição massiva de empresários dispostos à procura de melhorias, alentando a troca do sistema de produção agrícola familiar de uso intensivo da terra para o sistema de produção mecanizado de bens com valores agregados maiores.

2. CULTURA

A China é um país marcado pela diversidade, entre elas as línguas, tamanho de suas províncias, dialetos, gastronomias e tradições sócias culturais, como se existissem diversos países dentro de sua extensão territorial. A marca de tanta diversidade é resultado de inúmeras invasões sofridas, mas, enquanto a nação sofria de sucessivas invasões, fora se desenvolvendo um sentimento paralelo ao das derrotas aos bárbaros, um sentimento de patriotismo para os habitantes que ali já viviam, um sentimento de superioridade sobre os outros povos que, disseminou-se sobre o país em sua história, difundindo marcas culturais sob forma de solidificação dos sistemas de comando familiares, devoção a natureza, códigos de conduta e sistemas de hierarquias.

O problema dessa solidificação cultural foi que os chineses consideravam a si próprios os detentores da melhor cultura e os melhores conhecimentos, rejeitavam diversas informações ou inovações de culturas estrangeiras consideradas inferiores, resultando numa falta de captação de culturas externas que a restringiu a mudanças, o conservadorismo tornou-se habitual, assim como sua produtividade agrícola do uso intensivo das terras ou da fiel submissão dos liderados sobre seus líderes.

Para os chineses a terra era muito valiosa, grande parte de seu território não era cultivável e apresentava grandes dificuldades para se viver, como terrenos montanhosos ou desérticos, portanto, a terra era mais valiosa que o trabalho, era escassa proporcionalmente para atender a sua população, devido à alta densidade demográfica, assim forneceu-se o incentivo para a cultura intensiva da terra. Sua cultura era muito baseada na natureza, adaptavam-se ao ambiente, como diz um de seus ditados: “O céu nutre e destrói”. Tamanha importância da natureza para sua cultura era a demonstração de deuses, criações ou até mesmo destruição provindas de figuras naturais, como mares, ventos ou desertos acompanhados de montanhas. A natureza ocupa o centro de sua religião, tudo deve ser harmonioso, o dever de haver sustentabilidade era indexado em seu ser. Muito do conservadorismo veio desse método de pensar e agir, a criação de estradas, ferrovias, fábricas, portos e assim por diante poderia causar agitação nos locais, multidões poderiam desorganizar o equilíbrio traçado entre homem e natureza, além de desmatamentos, erosões ou construções que poderiam vir a destruírem terras férteis, criando a primeira barreira cultural no desenvolvimento industrial.

No respeito a religião chinesa, difere muito do ocidente, a cultura religiosa oriental traça como o centro de todas as coisas a natureza, pois dela era extraída a vida, tudo que mais tarde fora construído, como agricultura, caça, manufaturas, comércio e até mesmo a família. O ocidente teve como cultura religiosa central a figura do homem, pois tudo criado circundava a figura humana sob a forma de deuses, por esse motivo sempre foi mais fácil modificar o local em que viviam para os ocidentais, já que os desmatamentos ou destruições das regiões geográficas não tinham a figura dos deuses como para os orientais.

Tanto que desde séculos antes de Cristo, durando até o começo do século XX com a queda de sua última dinastia, uma permissão provinda dos céus foi estabelecida na forma de poder para o governante da China, inicialmente para os reis governantes, e posteriormente para os imperadores. O Mandato Celestial, adesão proveniente de uma organização política familiar, cuja permissão para governar, diferentemente do poder divino ocidental, era provinda do Céu (Tian). Kallie Szczepanski (2014), aponta em seu artigo os quatro princípios do Mandato, primeiro o céu garante ao imperador o direito de governar; segundo assim como só há um céu, só pode haver um imperador governando; terceiro as virtudes do imperador determinam seu direito de governar; e quarto nenhuma dinastia tem o direito permanente de governar. Esse foi o início da segunda barreira cultural para o desenvolvimento industrial chinês, na teoria o governante deveria agir pelos interesses do povo, mas na prática essa permissão trouxe poderes excessivos aos governantes, que por vezes exploravam a população e gastavam os recursos com usos pessoais, um exemplo claro foi no fim dos anos 1880, os fundos da marinha chinesa foram desviados de maneira escandalosa por conspiração de um funcionário de alto nível para construir o novo palácio de verão da imperatriz regente, resultando na derrota por falta de armas da guerra sino-japonesa de 1894-1895, milhões foram gastos no desvio, mais milhões foram perdidos na tomada japonesa e por fim outra quantia elevada foi gasta na recuperação do Estado, além do tempo perdido. O uso abusivo desse poder também apareceu fortemente nas burocratizações e taxações dos comerciantes na Dinastia Qing, período de plena ascensão da Revolução Industrial, além de forte manipulação do comércio pelos representantes governamentais.

Atrelada a cultura chinesa, códigos de condutas e ensinamentos indexaram tradições que foram tomadas como oficiais por mais de 25 séculos assim como o Mandato

Celestial. “Jun jun chen chen fu fu zi zi”, era um de seus ditados mais marcantes, conhecida pelos chineses como “ensinamento dos sábios”, deixe o governante governar, o ministro ministrar, o pai agir como pai e o filho agir como filho. O código confuciano atrelou a hierarquia dos superiores sobre os inferiores, os pais sobre os filhos, os homens sobre as mulheres, os reis sobre os súditos, e assim por diante. Os códigos de conduta defendiam que mesmo nas situações mais pobres uma pessoa que vivia corretamente seria feliz, e que coisas mal adquiridas sempre trariam tristeza faziam das dificuldades da população suas motivações diárias. Assim fixavam a ideia de submissão a seus governantes, a contestação de práticas como a da imperatriz regente no século XIX em parte eram abafadas pelo código de conduta. Outro exemplo desse poder poderia ser a dissolução de alguma instituição, a igreja, qualquer que fosse, era incapaz de ser independente do Estado, significa dizer que quando a igreja não fosse mais servente ao Estado, era totalmente passível de ser dissolvida pelo mesmo, isto mostra que por vezes os governantes agiam até mesmo de forma irracional, políticas mal calculadas podiam ser aplicadas devido tamanha a sua autonomia que estava enraizada na cultura de submissão.

2.1 Sistema de Hierarquias e Enfaixe dos Pés das Mulheres

Conviver sempre perto de familiares, amigos e vizinhos fez um povo assumido a vida coletiva, o grupo geralmente prevalece sobre o indivíduo. É intrigante como o chinês consegue manter um alto padrão de civilização, mesmo com tanta pobreza. A maioria de sua população vive em vilarejos com casas artesanais, com pisos de terra ou pedras, janelas feitas de papel, cômodos divididos entre várias pessoas, normalmente ao lado de um fogão a lenha que lhes proporciona aquecimento. São alimentados pelo círculo de pessoas que os circundam, suas famílias funcionam como fortalezas que os dão força e ao mesmo tempo os protegem, criando um padrão comportamental civilizado, padrão esse presente desde a antiguidade chinesa.

A família é a responsável pela criação dos filhos, é a base de devoção e obediência, não só dentro do círculo familiar, mas sim em todas as regras dentro do Estado, cultura essa que propicia a base política do país, esse respeito a autoridade cria fundamentação de uma construção política.

O sistema familiar funciona sob um sistema de hierarquias, a pessoa mais velha sempre possui o maior poder, o envelhecimento dos indivíduos é compensado com a

sabedoria que o próprio envelhecimento trás, portanto o patriarca mesmo com idade avançada e sem condições físicas para exercer atividades braçais comanda a família. Seu sistema é patrilinear, o comando familiar passa do pai para o filho mais velho. Também ocorre uma dominação do homem sobre a mulher. A mulher em sua maioria não possui independência financeira, possuindo pouco ou até mesmo nenhum direito sobre as propriedades.

A China concebia o mundo como o produto resultante de dois elementos complementares, o Yin e o Yang. Yin era o elemento feminino, obscuro, fraco e passivo. Yang era o elemento masculino, brilhante, forte e ativo. Dessa forma Yin era por natureza passivo a Yang. As mulheres quando casam passam a pertencer à estrutura familiar dos maridos, e em muitos casos passam a não mais conviver com suas famílias de criação.

As mulheres na China pré-moderna eram antes de tudo produto e propriedade de suas famílias, até períodos próximos a sujeição das mulheres estava representada pelo costume de enfaixarem os pés. A prática de enfaixar os pés não possui estudos precisos de sua origem, mas sabe-se que foi iniciado pela elite chinesa, era bem vista no que se dizia respeito ao arranjo de casamentos, existia um fetiche sexual masculino por trás dele. Howard Levy (1965, apud FAIRBANK, p.170, 2008) na reprodução do poema do começo da dinastia Song do poeta político Su Shi (Dongpo, 1036-1101):

Ungida com fragrância, ela tem passos de lótus;
Ainda que sempre triste, caminha com rápida leveza.
Ela dança como o vento, sem deixar vestígios
Outra furtiva, mas alegre veste-se ao estilo do palácio,
Mas sente tal sofrimento ao tentar andar!
Olha para eles na palma de sua mão, de tão incrível pequenez que
Desafiam a descrição.

Lamentavelmente o costume disseminou-se para a área rural, famílias camponesas que utilizavam toda sua força braçal em suas produções começaram a utilizar das mesmas práticas elitizadas. O resultado foi uma perda econômica por meio da perda de força muscular e perda da capacidade de trabalho das mulheres, sem contabilizar o impacto psíquico e social da prática, atrelado à dependência financeira das famílias e maridos, fundamentando a submissão perante o homem.

É muito visível o sistema de hierarquias regendo desde sistemas familiares até a governança do país, tudo é muito enraizado devido a códigos de ensinamentos repassados desde os períodos antigos, o país sempre se manteve do coletivo, e o comando desse coletivo sempre se fez necessário, assim a criança obedece aos adultos, os filhos obedecem a seus pais, independentemente da idade de seus pais, os mais novos obedecem aos mais velhos, as mulheres obedecem aos homens, os homens aos oficiais da região, os oficiais aos governantes das províncias e assim sucessivamente até a obediência máxima que é o imperador ou em períodos atuais o presidente. Os códigos de ensino proporcionaram união, respeito e submissão que contribuíram para o desenvolvimento pré-Revolução Industrial, mas principalmente a retirada da autonomia feminina, e a dilaceração dos pés femininos causado pelos enfaixes, trouxeram uma grande perda da força de trabalho chinesa, e sobretudo, trouxeram impactos sociais e econômicos que cobraram seu preço até meados do século XX, a falta de direitos a propriedades e a própria vida, associada as limitações psicológicas, tornaram as mulheres pouco produtivas por pelo menos dois séculos do período estudado, resultando em grande dependência masculina e atrasos no desenvolvimento econômico.

1.3 Lei

A lei chinesa era considerada muito avançada para os padrões globais até o início da era moderna, somente foi considerada atrasada comparada ao mundo quando o ocidente fez reformas significativas em meados da revolução industrial.

As leis eram moldadas a base da moralidade presente na sociedade, o problema é que a moralidade chinesa passou por tempos obscuros, principalmente durante o período da Revolução Industrial. Com a abertura chinesa ao mercado externo, portos foram instalados em diversas extremidades do país, gerenciados por funcionários chineses que possuíam liberdades governamentais, abrindo precedentes perigosíssimos de desvios de condutas como corrupções ou manipulações dos comerciantes.

Mesmo que o indivíduo estivesse de acordo com as regras nacionais, e fosse de alguma forma prejudicado por outra pessoa, ele evitava processar, pois podia ser interrogado a base de tortura pelo magistrado, além de que deveria pagar taxas ao governo. Quando condenados, cinco tipos de punições eram aplicados, apanhar com

vara de bambu, de intensidade leve a pesada, servidão penal, exílio e morte, mas a grande parte das soluções dos conflitos entre as pessoas não partia da lei, e sim de canais não-oficiais. Tornou o sistema privado nacional desprotegido, já que a lei praticamente não se aplicava, comerciantes por várias vezes tiveram seu comércio tomado a força por outras pessoas, ao mesmo tempo, os comerciantes eram explorados por funcionários governamentais corruptos, e como não tinham a quem recorrer, continuaram sendo explorados até a queda da última dinastia chinesa.

O principal objetivo do sistema legal era o de preservar o sistema de hierarquias, também impostas pelo código confuciano, casos como a desobediência era considerado como o crime mais hediondo, assim mais uma vez a soberania de algumas pessoas sobre outras era perpetuada.

Por fim, fatores sociais, políticos e econômicos acabaram por atrasar a industrialização chinesa, no século XIX países ocidentais já possuíam um alto grau de industrialização e crescimento econômico. O Estado e a sociedade chinesa foram os responsáveis pela letargia industrial e consequentemente letargia econômica, sucessivas atitudes contraproducentes impediram sua modernização. Seu principal código de conduta, o Confucionismo, condenava o lucro, os governantes sempre preocupados em manter o poder acabaram por perder o controle em várias situações, o desinteresse da lei na proteção de investimentos privados, o hábito dos funcionários de manipular os mercadores, a diminuição da produtividade pela Diminuição dos Retornos e a perda da força de trabalho das mulheres ocasionada pelo enfaixe dos pés criaram uma inércia econômica por séculos no país.

3. DIFICULDADES DO INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

3.1 Breve Desenvolvimento Comercial

A população cresceu de “braços dados” com o comércio, um é tão importante quanto o outro para que ambos se desenvolvessem, começando por um crescimento de produção da agricultura, portanto é possível dizer que a agricultura marca o início comercial chinês, mais tarde dividindo essa função com o artesanato, que juntos, expandiram as artérias do comércio entre as macrorregiões. Dentre os produtos responsáveis pelo avanço do comércio interno do país também se destacam o algodão para os centros de produções têxtil do baixo rio Yangzi, a cerâmica no rio

Jiangxi, o tijolo e o chá comercializados diante do rio Han, e o chá mais particularmente negociado a cavalo nas fronteiras internas da Ásia.

Os sistemas mercantis começaram a se desenvolver, os aldeões frequentavam os mercados-padrão, este último repassava os tributos aos mercados centrais em escala hierárquica. A ampliação do comércio foi contundente, surgiram cidades-mercado dedicadas ao comércio e administração. Fazendeiros deixavam de concentrar todos seus esforços na agricultura para produzir artesanato, mulheres rurais em pequenas lojas dedicavam-se quase que integralmente a produções artesanais, mesmo que obtivesse um ganho que mal as alimentava, até desviarem as forças de trabalho para o setor de transporte, setor em grande ascendência.

As navegações pelos extensos rios disponibilizaram acomodar outra parcela do crescimento comercial, como a venda de açúcar pelos portos Shantou e Xiamen para a Manchúria e compra de bolos de soja para uso de fertilizantes.

No século XVIII associações de comércio se instalaram em diversas regiões, guildas proliferaram-se, guildas eram associações de artesãos de um mesmo ramo, isto é, pessoas que desenvolviam a mesma atividade profissional que procuravam garantir os interesses de classe e regulamentar a profissão, eram ativas, mediavam disputas, organizavam boicotes, faziam caridades, sustentavam abrigos alimentícios em tempos de fome, vigiavam para controlar as desordens e principalmente regiam regulamentos sobre o comércio. Eram financiados por impostos, possuíam bens como imóveis da qual recebiam grandes comas de capital com aluguéis e por fim também emitiam debêntures para mantimento de seu poder de barganha perante o comércio.

O crescimento do comércio levou ao aprimoramento da tecnologia fiscal no país, foi desenvolvido um esquema de transferência de tael, sistema monetário chinês utilizado no século XVIII, de modo a equilibrar as contas do dia a dia, através de letras de câmbio, depósitos bancários, registros de transferências de fundos entre depositantes, crédito com saque e instrumentos de créditos transferíveis e negociáveis.

Apesar de o comércio ter se expandido na China, ainda não foi nesse período que ele se firmou, predominava no país sua antiga realidade rural que destinava a involução de sua economia, as lavouras possuíam pouca terra e eram usadas de forma intensiva, parte dessa mão de obra foi destinada a produção do artesanato doméstico e produtos secundários como seda e algodão para compor a renda familiar, levando o ganho dessa população ao nível de subsistência. As fazendas com trabalho

assalariado não podiam concorrer com o cultivo de famílias camponesas. Na indústria, as oficinas urbanas não podiam competir com o baixo custo dos produtores domésticos, levando ao desestímulo de expansão do comércio. Esse fator limitante gerou uma inércia econômica, superada somente em tempos mais modernos, na segunda metade do século XX.

3.2 A Guerra do Ópio

A Guerra do Ópio foi um conflito armado ocorrido em território chinês, em meados do século XIX, entre a Grã-Bretanha e a China. Ocorreram dois conflitos, o primeiro entre os anos de 1839 e 1842 e o segundo entre os anos de 1856 e 1860. Nações europeias, principalmente a Inglaterra, conquistaram e impuseram seus interesses econômicos, políticos e culturais aos povos conquistados, entre eles a China.

Nações europeias ou mais especificamente a Grã-Bretanha possuíam autorização do governo chinês para atuarem no comércio através do porto de Cantão, pois o governo chinês proibiu os europeus de comercializarem seus produtos diretamente com os consumidores chineses, era necessária uma intermediação de funcionários chineses, que por muitas vezes eram motivados pela corrupção. A Grã-Bretanha, em plena Segunda Revolução Industrial, buscava avidamente mercados consumidores para seus produtos industrializados, porém as medidas protecionistas chinesas dificultavam o acesso dos britânicos ao amplo mercado consumidor chinês. Na saída para a dificuldade de ampliação do comércio de mercadorias, os ingleses passaram a vender ópio, de forma ilegal, para a população da China como forma de ampliar os lucros.

O ópio produzido na Índia, da qual era uma colônia britânica, possuía alto grau de vício além de prejudicar a saúde. Em pouco tempo, os ingleses estavam vendendo toneladas de ópio na China, tornando o vício uma epidemia. Em 1839, como forma de protesto, o governo chinês ordenou a destruição de um carregamento de ópio inglês. O governo britânico considerou o ataque uma grande afronta aos seus interesses comerciais e ordenou a invasão armada à China, dando início a Primeira Guerra do Ópio.

Os britânicos invadiram e dominaram a China, assim a guerra terminou com a derrota chinesa em 1842, em suma, foi o início da abertura dos tratados comerciais que tanto prejudicaram o desenvolvimento sustentável da economia chinesa.

“[...] as causas que têm determinado as revoltas crônicas destes últimos dez anos na China, revoltas que hoje estão confluindo para uma gigantesca convulsão, [...] ninguém duvida que o seu motor são os canhões ingleses, que impõem à China a droga soporífera chamada ópio”. (MARX, 1853, p.1)

3.3 Tratados Comerciais

Tratados foram feitos com a Grã-Bretanha em 1842-1843, Estados Unidos em 1844, França também em 1844 e Rússia em 1858. Apesar de causar sua maior abertura comercial para o mundo, não foi necessariamente benéfico à China, o país ficou aberto às invasões do comércio ocidental, assim como sua cultura. Portos foram instalados em suas margens, governados por estrangeiros e lotados de trabalhadores braçais chineses, logo se tornaram cidades onde o estrangeiro desempenhava um papel cada vez maior na urbanização da China.

Dificuldades apareceram sob a forma de extraterritorialidade, da qual os estrangeiros e suas atividades na China respondiam apenas à lei estrangeira e não à chinesa, sob a forma de um sistema tarifário falho chinês, que impunha baixos tributos e impedia aos chineses de proteger suas indústrias locais, sob a forma de tráfico de ópio que foi levado para o interior do país, e sob a forma de déficits comerciais, tornaram a balança comercial chinesa negativa.

Os britânicos e americanos em Guangzhou exigiram a extraterritorialidade visto que se acostumaram com as proteções recebidas em outros países que também visavam a mesma expansão comercial da China, como os estados mulçumanos da África do Norte e do Império Otomano, outro ponto é que tanto britânicos como americanos eram contrários a leis que executassem tortura ou métodos mais rigorosos. Sob o medo de uma possível perda modernizadora que esses países ocidentais poderiam lhe trazer, a China aceitou seus termos. Athos Munhoz Moreira da Silva (2015, p.25) em sua dissertação de mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais aponta:

“No período, a China foi forçada a assinar uma série de tratados que davam vantagens econômicas e cediam territórios a potências estrangeiras sem contrapartidas equânimes e que, por essa razão, foram chamados “desiguais”. A China foi retalhada em esferas de influência”.

Duas frentes de pensamento quanto aos estrangeiros racharam a política interna do país nesse momento, a primeira ainda favorável a “invasão” do país, defendiam a modernização através da adoção a práticas externas e a pretensão de preservar suas instituições já formadas. A outra frente era contra a mistura da economia chinesa, temendo uma destruição das instituições nacionais, além da mistura da cultura bárbara que isso poderia proporcionar-lhes.

Empresas estatais foram criadas no intuito de construir uma rede de infraestrutura e ao mesmo tempo estimular uma revolução industrial e militar na China, não alcançando o sucesso, não havia capital suficiente para equilibrar os gastos elevados necessários.

Ao tornar o estrangeiro imune ao controle legal chinês, a extraterritorialidade colocou a classe dominante chinesa em uma situação em que era obrigada a governar sob um grau de hegemonia estrangeira. Até 1870, o tratado foi dominado pela ganância do livre comércio britânico, após estabelecer o sistema de tratados nas guerras de 1840-1842, 1858 e 1860, a Grã-Bretanha apoiou o fraco Regime Qing durante sua restauração nos anos 1860. De 1870 a 1905 países como Rússia, França, Alemanha e Japão invadiram praticamente todos os territórios Qing, isto é, o controle inicial britânico fora suplantado pelas diversas disputas no país. A terceira fase que durou até a década de 1940 trouxe um período mais construtivo para a China em termos de abertura do contato com o estrangeiro, mas contrastava fortemente com seu sistema tributário praticado antes dessa abertura, e, apesar de ter sofrido grandes mudanças culturais pelo choque de conhecimentos externos, não aceitaram facilmente a sobreposição de sua história, minimizando algumas participações estrangeiras que poderiam ser benéficas.

Mesmo atuando sob um tratado, fica claro que os países que “estenderam as mãos” num interim de publicidade de grandes inovações e crescimentos comerciais na verdade estavam por explorar ao máximo os cofres chineses, o sistema de tratado crescia a medida que as fortunas da Dinastia Qing se deterioravam. “[...] a moeda de prata, sangue vital do Império, vai escorrendo para as Índias orientais britânicas. [...]

a exportação de dinheiro para as Índias tomou tais proporções que o Império Chinês se encontra hoje exaurido”. (MARX, 1853, p.2).

3.4 Conflitos Internos

A China teve um histórico vasto de guerras e conflitos travados, no seu histórico, em praticamente todos os casos sofreu perdas muito maiores que seus ganhos, em parte serviu como uma espécie de controle populacional que em teoria beneficia a qualidade de vida do resto da população, mas a realidade é que perdeu força política e econômica nessas situações que acabaram por diminuir suas receitas, investimento em inovações e industrialização, tornando sua população mais pobre e sua economia mais frágil. Além das guerras travadas com diversos povos estrangeiros, o país também experimentou amargamente diversos conflitos internos, revoltas e rebeliões repercutiam na administração governamental, as receitas caíam abruptamente enquanto os exércitos eram mortos e abalados psicologicamente.

Como exemplo de rebelião que ocorreu no período de plena transição de produção da Revolução Industrial, a rebelião do Lótus Branco, que ocorreu no ano de 1796 a 1804, começando como um protesto contra as extorsões de pequenos coletores de impostos. Para abafar a rebelião os generais perseguiram obstinadamente os rebeldes e estabeleceram um rigoroso controle sobre a população, construíram muros nas zonas rurais e limpavam o local, ao custo de cerca de duzentos milhões de onças de pratas, uma quantia muito elevada na época, e, ainda mais grave, destruiu a reputação de invencibilidade das forças do exército. Ou a rebelião na fronteira do Turquestão, de 1826 a 1835 que promoveu uma invasão devastadora na geografia local, deixando distúrbios comerciais e militares por onde passou. Entre 1850 e 1864 surgiu a revolta de Taiping, seus longos anos de combate exauriram os recursos do governo central e para derrotar a revolta foi necessário descentralizar o uso da força de arrecadação de impostos. Surgiram os exércitos de base regional liderados por latifundiários e oficiais provinciais. Essa descentralização, apesar de bem-sucedida, fortaleceu as províncias perante o governo central, contribuindo para a queda da dinastia Qing anos mais tarde. Mas ainda estava por vir a guerra civil chinesa, uma terrível destruição para os seres humanos e as propriedades, cerca de seiscentas cidades muradas trocaram de mãos, quase sempre sob massacres. Os exércitos se deslocavam de cidade a cidade na maioria das vezes a pé ou com alguma ajuda de cavalos, alimentando-se do que viam pelo caminho, fazendas e as vezes

campos inteiros de arroz eram destruídos na alimentação dos soldados. Fairbank (2008, p.200):

“A partir dos relatórios oficiais de exércitos, de vinte a trinta mil homens, algumas vezes duzentos e trezentos mil, pode-se imaginar como se alimentavam e as rotas pelas quais viajavam, em uma região quase sempre sem estradas”.

As hostilidades iniciaram em 1927, durante a expedição ao norte de Jiang Jieshi, militar e político chinês que assumiu a liderança do Partido Nacionalista depois da morte de Sun Yat-sen, em 1925, com a expulsão dos antiesquerdistas do Partido Nacionalista e uma série de comunistas urbanos. O poder comunista foi então melhor estabelecido na área rural, e seus defensores utilizavam táticas de guerrilha para neutralizar a força nacionalista, que era superior, acabando por destruir muito da produção econômica nacional. O Exército da República da China realizou incursões de baixa intensidade naval, perdendo alguns navios. Em junho de 1949, a República da China declarou o bloqueio de todos os portos na China comunista e sua marinha tentou interceptar todos os navios estrangeiros, e como a rede ferroviária do continente era subdesenvolvida, o comércio Norte-Sul dependia fortemente do tráfego marítimo, apontando mais uma vez a dificuldade e fragilidade política e econômica que os conflitos levavam ao país.

3.5 A Queda da Última Dinastia Chinesa

Qing foi a última dinastia chinesa a governar o país, os últimos reformadores Qing, ainda que tardiamente, tentaram aumentar o poder central da dinastia, com o objetivo de construir novas ferrovias e treinar o novo exército para aumentar o controle do Estado, mas a tentativa se mostrou impossível de realizar. Na tentativa de refazer a estrutura do poder do Estado, não havia como centralizá-lo de modo que os governadores das províncias pudessem subordinar-se aos ministros de Beijing, a capital.

A capacidade do governo Qing para atender as demandas de modernização estava limitada pelo sistema de colheita da receita, a coleta real dos tributos do império permanecia com problemas de orçamentos e contabilidades, a coleta local de tributação mantinham as províncias, isto é, as cidades precisavam viver do que

recolhiam e cerca de um terço da arrecadação real era automaticamente encaminhada a Beijing, além disso as receitas raramente eram gastas na província da qual foi coletada a tributação, elas eram alocadas em fragmentos para atender as necessidades de diversas outras localidades, gerando custo nas transações. Taxas do comércio e alfândegas foram criadas, mas quase nunca estavam sobre o controle de Beijing que não contabilizava corretamente as receitas, o resultado foi uma autoridade dividida, os rendimentos reais desconhecidos e muitos gastos firmados com juros adquiridos. Desde a década de 1840, Marx (1853) já apontava que fatores como o pagamento dos tributos à Inglaterra, o consumo excessivo de ópio, a perda das produções de metais, a ação devastadora da concorrência estrangeira sobre a produção local e a desmoralização da administração pública criavam como efeito a criação de impostos mais pesados e opressivos, além de juntarem-se aos impostos já existentes, portanto, a necessidade não alcançada da reforma governamental vinha se arrastando por décadas.

Os promotores do antigo movimento de modernização na dinastia dependiam desse complexo burocrático fiscal, e a modernização só poderia avançar por meio da relação de lucros compartilhados entre os órgãos oficiais do governo e os empresários.

Passados os anos de 1860, no final da dinastia Qing, os chineses acreditavam que poderiam saltar a metade do caminho para os tempos modernos facilmente, adotando armas e máquinas ocidentais, além de adaptarem procedimentos e instituições ocidentais. Mas a modernização da China foi adotada inicialmente por poucos funcionários graduados, que identificaram necessidades, levantaram fundos, encontraram pessoal e aplicaram seus projetos, tudo sob uma constante dificuldade imposta pelo governo, que ao invés de promover tais ações, as limitava, tentando manter equilibrada a sociedade conservadora das inovadoras.

A reforma também foi inibida pela fraqueza fiscal instalada na capital, já que o governo pagava indenização da Revolta dos Boxers em 1901 cuja punição no dia 07 de setembro de 1901, segundo Schilling (2014) foi a indenização de 450 milhões de liang de prata ao longo de 39 anos, acrescendo uma taxa de 4% de juros ao ano, minando a receita central, exatamente no momento em que mais se precisava dos fundos não-comprometidos, as punições e o estrangeiro estavam segurando a China.

Os costumes chineses acabaram por gerar a outra parte dos problemas na dinastia, quando do início da industrialização os conservadores acreditavam que as

minas, ferrovias e linhas telégrafas perturbariam a harmonia entre homem e natureza, criando problemas ao reunir multidões de mineiros desobedientes, ao demitir barqueiros, ao absorver as receitas do governo ou ao criar dependências em máquinas e técnicas estrangeiras. Mesmo quando os empreendedores conseguiam suplantar esses empecilhos, esbarravam na falta de habilidades administrativas e falta de capital. Fairbank (2008, p.236):

“Inadequações administrativas e financeiras do antigo regime estavam profundamente enraizadas nos costumes chineses, nos valores políticos e na estrutura social. Tornou-se visível que o governo Qing foi superficial, passivo e na verdade parasítico por tempo demais. Não conseguira modernizar-se”.

4. POLÍTICAS DO SÉCULO XX

4.1 A República da China 1912-1949

Em 1912, por meio de uma eleição parlamentar realizada em dezembro, o Partido Nacionalista assumiu o comando do país, enfrentando resistência dos líderes do exército da Camarilha de Beiyang que mantiveram o controle do governo central e, mesmo após a morte de seu presidente em 1916, continuaram afirmando autonomia, conhecidos como os Senhores da Guerra. A economia no Norte do país, sobrecarregada pelo apoio aos Senhores da Guerra, ruiu em 1927-1928, junto à invasão do exército comandada pelo Partido Nacionalista.

A China desde o final do século XIX, e, no início da República da China era fortemente influenciada por outro país asiático, o Japão, resultado de uma inesperada esmagadora derrota chinesa em 1895. Aproveitando dos privilégios criados pelos britânicos pelos sistemas de tratados desiguais, os japoneses penetraram no território e na economia chinesa, passando a ser uma espécie de protetor do país. Em 1915, apresentou 21 exigências agressivas para instaurar seu protetorado ao país, que logicamente não foi bem sucedido, porém foi um momento que marcou a história chinesa, pois daquele momento em diante o Japão não seria mais sua maior influência reformadora externa, seus estudiosos não mais estavam presos à cultura oriental, e o novo aprendizado proporcionou-lhes evitar os erros até então “perpetuados” de seus antepassados que continuavam a promover políticas confucianas.

Seu primeiro ataque rumo à direção dessa nova cultura chinesa foi o sistema rudimentar de escrita, usado a pouco mais de dois milênios, palavras possuíam múltiplos significados, fazendo da escrita clássica um instrumento inapropriado ao auxílio dos estudantes. A primeira etapa na revolução literária foi usar a fala cotidiana na escrita, pois a conversação entre os habitantes chineses encontrava-se muito mais avançadas que sua escrita clássica erudita.

A língua chinesa falada foi usada como instrumento de escrita para textos eruditos e para todos os propósitos comunicativos. Sua segunda etapa foi o ataque por parte dos novos eruditos aos mitos e lendas antigas de sua história, reavaliando suas origens. Por fim absorveram os princípios de autodeterminação de outros povos, ideias de todos os tipos de socialismo, emancipação da mulher, direitos do trabalho e capitalismo.

O aparecimento mesmo que tardio da imprensa política no final das eras dinásticas contribuiu para o fim da velha política, publicações comerciais, notícias gerais e editoriais reformistas agora eram repassadas para a sociedade, ainda que de forma tímida. Nos vinte anos subsequentes, jornais, revistas e livros cresceram a uma alta velocidade, acompanhados pela melhora nos serviços de correio, expansão da educação fundamental e pela alfabetização. Informações de obras estrangeiras “bombardeavam” a cultura chinesa através dos jovens estudantes, que se deparavam no meio de confusões e incertezas entre seus laços confucianos ou as crenças externas absorvidas. O estudo do cristianismo, ciência, darwinismo ou revoluções patrióticas estabeleceram uma nova autoimagem na sociedade chinesa, muito do código confuciano fora deixado de lado a partir dali.

Nunca antes mercadorias, ideias e costumes estrangeiros foram tão abrangentes no país, grande parte da nação estava mudando, no entanto o ainda foco político-social remanescente das eras dinásticas segurava o pleno avanço da modernidade. Tentativas regidas pelos Senhores da Guerra instauravam caos no país, enquanto que no lado oposto países estrangeiros eram cada vez mais fundamentais nos papéis econômicos e administrativos. Instituições, funções e ocupações individuais que não estavam sobre o controle direto do Estado apareciam claramente para os estrangeiros nos portos e principalmente dentro da China, em atividades da elite na esfera pública da vida comunitária. Após 1911 a modernização alcançou a tradição do ativismo da elite, gerando o crescimento da imprensa, educação e comércio. A expansão do conhecimento e a divisão do trabalho

capacitaram os especialistas que começaram a reivindicar autonomia em suas áreas de atuação.

A autonomia ameaçava a unidade e a ordem no Estado chinês, evidenciando uma dualidade de gestão, uma do liberalismo do pensamento chinês que emergia, e o outro da dependência dos legisladores de dominarem a supervisão do Estado sobre a vida das pessoas. Esse problema social de equilibrar a autonomia individual ou o liberalismo imposto pelo governo foi persistente na China. Mesmo com o aparecimento de um jornalismo moderno reformista no país, conceitos liberais ocidentais foram deformados pelo governo para continuarem soberanos sobre a população, Benjamin Schwartz (1964), citado por Fairbank (2008, p.241) observou que reformadores como Yan Fu, tradutor de obras clássicas ocidentais como Adam Smith, louvava o crescimento do individualismo como meio de apoiar o Estado, e não da resistência contra o mesmo. Outro reformador, o mais influente da época, Liang Qichao, defendeu a ideia de que o indivíduo desenvolvia suas capacidades de maneira desinteressada, e que dessa maneira o Estado juntamente com todos os seus cidadãos eram fortalecidos, isto é, os direitos deveriam ser liberados ou suspensos pelo Estado, quando o Estado assim bem o entendesse de seu interesse, e as constituições chinesas não eram tratadas como necessariamente lei, e sim ideais a serem cumpridos.

A burguesia que começara como comerciantes atuando no comércio exterior teve seu grande crescimento nesse período, negociantes em Guangzhou foram expandindo-se concomitantemente com os compradores das mercadorias, uma espécie de representantes. A agricultura continuava a ser responsável pela maioria de sua produção, respondendo por 65% de seu produto nacional, acompanhada pelo ópio, fios industriais e o querosene, isto é, o sistema econômico chinês até o início do século XX continuou a movimentar baixos padrões econômicos devido a seus principais produtos vendidos, movimento econômico esse que modicou-se abruptamente na chegada da Primeira Guerra Mundial.

Iniciada a Primeira Guerra Mundial em 1914, instantaneamente observou-se uma redução das navegações chinesas com o mundo. Operando com uma balança comercial deficitária, o momento em que a guerra chegou trouxe resultados muito positivos para a China, constatou-se um declínio das importações chinesas, seguido rapidamente por uma onda de pedidos estrangeiros por matérias primas. O preço da prata no mercado mundial sofreu grandes altas, aumentando drasticamente o poder

de compra da moeda chinesa, já que usava da prata seu meio de moeda. A destruição global também destruía empresas e países concorrentes comerciais, gerando oportunidades para empresários chineses se tornarem gigantes, facilidades presentes até o ano de 1919, os cinco anos de exportações praticamente livre de concorrência para a Europa e América alavancou sua economia, proporcionando finalmente modernização para competir mercado a fora. Entre 1912 e 1920, a indústria chinesa alcançou uma taxa anual de crescimento de 13,8%. Dezenas de fábricas de algodão foram abertas, um total de 49 somente no ano de 1922.

Fábricas surgiram pelas principais cidades, áreas que até então praticamente não eram encontradas no país passaram a representar números importantes do comércio, cigarro, papel e fósforo “avizinhavam-se” nos arredores de Guangzhou, o trigo espalhou-se por Shangai, oficinas de engenharia mecânica “brotaram” para suprir as manutenções e reparos de equipamentos de máquinas de tecer malhas, teares, entre outros, da qual cerca da metade já utilizava energia elétrica.

A modernização dos bancos chineses também ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, trabalhando basicamente com o dinheiro do Estado e empréstimos, o Banco da China e o Banco de Comunicações movimentaram as grandes entradas de capital estrangeiro e o aumento do poder de compra nacional. Fairbank (2008, p.253) aponta que ao final da guerra, 71 bancos nacionais podiam ser encontrados operando no estilo tradicional do século, especializados em empréstimos de curto prazo, manuseando o dinheiro dos comerciantes de ópio e das indústrias de tingimento químico, mas ressalva que ainda faltavam um mercado de ações e um banco nacional central.

Relações entre empresários de diferentes segmentos foram traçadas, por exemplo, empresários do ramo de indústrias têxteis e fábricas de trigo formaram uma classe empresarial ligada à elite dos proprietários de terra, mas sem o controle por algum dos lados, essas associações permitiam a fuga do controle governamental sobre esse comércio. Fazendo dessa nova burguesia, principalmente em Shangai controladora de suas próprias organizações. Posteriormente associações bancárias espalharam-se por diversas outras cidades que do limite de Shangai, como Hankou, Suzhou, Hangzhou, Beijing, Tianjin e Harbin, e, em 1920, a junção dessas associações formou a Associação Chinesa de Banqueiros. Formação semelhante aconteceu na associação de proprietários de fábricas de algodão, ambas assumindo

o compromisso com o crescimento, e não com o monopólio que até então os governos chineses presavam.

Em 1928 os Nacionalistas tornaram-se o governo atuante no país, parecendo ser o mais promissor desde o ano de 1912, pois suas autoridades eram patriotas estudiosos no exterior, e, à primeira vista pareciam totalmente capazes de formar um Estado-Nação moderno, infelizmente o tempo julgou o oposto de sua aparência. Facilitado pela falta de concorrência estrangeira, o governo Nacionalista proporcionou grandes melhoras industriais e tecnológicas que geraram melhora comercial e política internacional, derivado da grande remessa de capital que estava sendo absorvida do mundo, mas passada a guerra, os concorrentes estrangeiros voltaram a ter possibilidade de produção, e desse momento em diante o governo Nacionalista fora posto à prova, ficando claro que a gestão burocratizada não havia sumido, segurando o desenvolvimento principalmente comercial dali para frente, até seu término em 1949.

4.1.1 Dificuldades Nacionalistas

Para manter os gastos públicos o governo usou como saída os empréstimos de grandes banqueiros de Shanghai, Beijing e Tianjin. De 1927 a 1931, eles firmaram a maior parte dos empréstimos internos da economia, totalizando aproximadamente um bilhão de dólares, os títulos do governo eram vendidos abaixo de seu valor nominal, e, sob um retorno de juros real superior aos 20%. Recuperação da autonomia tarifária, uma nova Casa da Moeda, abolição do uso do Tael como moeda nacional e o Conselho Econômico nacional sendo estabelecido para lidar com os fundos de assistência econômica internacional finalmente propiciaram a criação de um Banco Central chinês, através do golpe bancário de 1935 os quatro maiores bancos foram estabelecidos como um só pelo governo, o Banco Central, tornando agora sujeita sua economia a inflação, já que oficializou sua moeda nacional. O governo obteve o controle de dois terços do setor bancário, impôs tributações cada vez maiores para os comerciantes, além de taxas extras sobre produções e alfândega, resultando numa irrealização de um regime fiscal saudável e solvente, dificultando o reinvestimento e industrialização autossustentável. Lloyd Eastman (1974, apud FAIRBANK, 2008, p.270) observou, já em 1928 que Jiang Jieshi, militar e político, líder do Partido Nacionalista, dizia que “Membros do partido não mais se esforçam por princípios ou massas... os revolucionários degeneraram-se, perderam o espírito revolucionário e a coragem revolucionária”. Apenas lutavam por poder e por proveitos, não mais

dispostos a sacrificar-se. Em 1932, Jiang declarava claramente: “A revolução chinesa fracassou”.

O Partido Nacionalista através de práticas similares ao de uma máfia desconstruiu a breve autonomia dos comerciantes em Shangai, sequestros e assassinatos intimidavam os empresários, além de exigirem grandes quantias de tributação para seus funcionamentos, forçando a Câmara de Comércio Geral a fechar. Administrados por um governo burocrático e incompetente, empresários, comerciantes e trabalhadores assistiram uma perda de seu poder de compra, suas rendas per-captas reduziram e praticamente os únicos a ficarem felizes com a situação foram os banqueiros que financiavam o país.

Fairbank (2008, p.266) também relata o potencial do Governo Nacionalista não alcançado, pois foi praticamente destruído pelo militarismo japonês, que se apossou da Manchúria em 1931, invadiu Shangai em 1932, atacou Beijing e Tianjin e por fim atacou a China em escala total de 1937 a 1945. A tecnologia industrial e o espírito chauvinista do Japão atrasaram o processo de civilização chinesa. O objetivo revolucionário do Partido Nacionalista de promover unificação militar, promover tutela política e uma democracia constitucional foram sendo extintos durante os conflitos. A supervisão da administração local, seu trabalho político no exército, seus tribunais especiais para julgar contrarrevolucionários, foram reduzidos ou abandonados. O mesmo ocorreu com as organizações de massa de trabalhadores, camponeses, jovens, comerciantes e mulheres. O governo desconfiava das procissões, demonstrações e comícios, suprimindo esses movimentos que outrora os ajudou nas Expedições ao Norte para combater os Senhores da Guerra.

A tentativa do Japão militarista de conquistar a China começou pela captura da Manchúria em 1931, tornando-se uma invasão completa em 1937, levando a penosas destruições na China, primeiro com o seu sistema educacional sino-liberal que ainda estava em estágio iniciante, fazendo dos estudantes e corpos docentes a migrarem para outras regiões, segundo suas usinas industriais foram desmontadas e embarcadas rio acima, terceiro seus intelectuais e administradores governamentais, com grande patriotismo, foram afastados de seus lares e postos em locais primitivos no interior do país, nesse interim vários radicais começaram a se desgarrar e ir em direção ao Norte, onde já se encontravam as forças do Partido Comunista Chinês, e por fim muita parte da classe camponesa foi recrutada e taxada na tentativa de suprir os gastos bélicos, não proporcionando alfabetização, saúde pública e segurança a

essa mesma população, que outrora se viu motivada a seguir filosofias políticas que defendessem os camponeses como a do Partido Comunista Chinês.

Na chegada da Segunda Guerra Mundial, o governo Nacionalista demonstrou todas as suas fraquezas, Senhores da Guerra locais ainda dificultavam a extensão e controle de terras, a polícia nacionalista foi incapaz de suprimir o movimento de professores e estudantes de universidades, falharam com sua população fazendeira ocasionado pela inflação, havendo um aumento pesado da taxaçoão, uma proliferação de centenas tipos de impostos e propinas dirigidos pelos chefes de governo locais. Lloyd Eastman (1974) ainda completa com o exemplo das criações de taxas, como a taxa de contribuição para as sandálias dos recrutas, taxa de conforto para as famílias dos recrutas, taxa de treinamento de quadros de defesa antiaérea e taxa de fornecimento de combustível para a guarnição.

Encargos eram acrescentados ao recrutamento de homens e a requisição de grãos pelos nacionalistas, o problema é que esse método funcionou de forma desenfreada, a fome começara a chegar nas províncias, enquanto que as requisições continuaram com força total, não demorando para que os soldados fossem atacados pelos camponeses famintos. A fome levou a estocagem secreta de suprimentos, mais tarde essa estocagem tornou-se um fim lucrativo para os camponeses, infelizmente, tornando-se um local explícito de corrupção. Todo esse processo de “exploração” do campo levou a um pequeno aumento dos recursos do governo, enquanto que os funcionários corruptos e os proprietários descobriram como lucrar com a inflação. No final da guerra, revoltas camponesas começaram a surgir em várias províncias da China, mais um fator que ascendia o movimento proposto do Partido Comunista Chinês.

Como último e talvez fundamental elemento faltante na escalada pelo poder chinês, o Partido Comunista Chinês, o PCC, recebeu um acordo para uma frente de ataque unida com o Partido Nacionalista contra os invasores japoneses. No momento o PCC concordara em cessar sua revolução armada para transformar a sociedade chinesa, desistiu do confisco forçado de terras de proprietários e pôs o Exército Vermelho sob o comando do governo central. Por seu lado lhe foi permitido estabelecer escritórios de ligação em várias cidades, publicações de seu jornal e que fosse representado nos corpos consultivos do Partido Nacionalista, isto é, ele conseguira penetrar em praticamente todo o território nacional.

A junção das forças dos dois partidos e a participação do Japão na Segunda Guerra Mundial sucumbia a invasão japonesa, não demorando a China recuperar o que lhe fora tomado nos anos subsequentes. Durante esse período de combate o PCC negou ao Partido Nacionalista adentrasse em sua área já tomada antes da junção dos partidos, nesse interim, O PCC, ao desenvolver suas áreas de base, mantinha a ordem, estimulava a produção econômica por meio de equipes de ajuda mútua e continuava a recrutar ativistas camponeses pobres, o número de membros de seu partido cresceu de cerca de 40 mil pessoas em 1937 para supostos 1,2 milhões em 1945, suas forças armadas aumentaram de 92 mil soldados para cerca de 910 mil em 1945. Agora com poderio militar avançado e assentado de várias administrações locais pelo país, ajudado de sucessivas táticas de combate incompetentes do Partido Nacionalista, o partido finalmente pôde alcançar seu almejo, o controle governamental do país.

4.2 A República Popular da China

O período da República Popular da China (RPC), liderado pelo Partido Comunista Chinês passou por momentos adversos em sua administração que ainda continua vigente. Seus primeiros oito anos foram criativos, construtivos e inovadores. Administrações visivelmente opostas de qualidade operadas pelos competentes organizadores e administradores do PCC que foram seguidas de dois períodos desastrosos e de grande conturbação, primeiro com o Grande Salto de 1958 a 1960 e segundo com a Revolução Cultural de 1966, perdurando até a morte de seu grande líder Mao Zedong em 1976.

A criação do Novo Estado pregava o controle sobre a população, por meio de uma doutrinação ideológica e motivações autossustentadas de medo e esperança, pois os assassinatos mantinham a força do terror no mantimento do poder. Os julgamentos públicos, as acusações em massa e as execuções criaram estimativas variadas, mas, ao que tudo indica, alguns milhões de pessoas foram mortas no governo inicial do PCC.

O plano da nova estatização levava três anos para ser concluído, primeiro os oficiais do Partido Nacionalista locais foram deixados em seus lugares habituais, recebendo seus salários e desempenhando as mesmas funções, segundo a inflação precisara ser combatida por meio da ação conjunta de vários instrumentos como a posse do sistema bancário, criação de associações comerciais para cada tipo de

mercadoria e por fim pagando as pessoas com mercadorias ao invés de dinheiro, salvando num primeiro momento a classe assalariada chinesa, terceiro sob acusações de suborno, evasão de impostos, roubo de bens públicos, fraudes no trabalho e posse ilícita de informações do Estado sobre a economia, os capitalistas foram atacados pelo novo governo, com o objetivo de conseguir o controle das fábricas e tirar a força o capital dos capitalistas. Sob uma atmosfera de terror o governo conseguiu atingir seus objetivos.

A organização do PCC infiltrou-se na sociedade, determinando modelos de conduta, prescrevendo a forma de pensar e suprimindo as divergências individuais. As mulheres passaram da dominação masculina para uma dominação estatal de trabalho contínuo, a nova lei do casamento dava as esposas igualdade com os maridos e permitia o divórcio, parecendo ser um novo tempo para as mulheres, mais tarde apontando que a emancipação das mulheres convertera em trabalhadoras assalariadas de tempo contínuo, isto é, necessitavam trabalhar jornadas extremamente pesadas, com baixos ganhos que lhes mal proporcionava-lhes o sustento necessário. Nesse cenário ainda continuavam sob a responsabilidade familiar, com pouco acesso aos métodos anticoncepcionais e sujeitas a violência masculina habitual.

A década de 50 sofreu de um fenômeno social que por um lado ajudou em sua industrialização, mas que por outro levou pobreza a sua população, com a vitória comunista em 1949, sua população migrou das aldeias rumo as cidades, esse êxodo foi facilmente observado pelo número de sua população urbana, que de 57 milhões de habitantes em 1949 passou para quase 100 milhões em 1957 e cerca de 131 milhões já em 1960. Em 1949 cerca de 60% da força de trabalho nas fábricas eram autônomos, já no final da década a grande maioria fora absorvida por cooperativas urbanas de artesãos, isto é, sua mão-de-obra dobrara e mais da metade de seus trabalhadores agora atuavam em fábricas.

O Estado monopolizou a indústria, seu investimento no setor industrial através da Comissão de Recursos Nacionais (CRN) exercia dois terços de todo o investimento acumulado no setor, sobrepujando qualquer investimento particular. A CRN queria construir uma economia controlada pelo Estado, similar ao modelo soviético do período. Os engenheiros da CRN lideraram o impulso industrial na República Popular, até que o Grande Salto para Frente, em 1958, começou a retirá-los desse papel principal.

A inflação sendo controlada e a base de impostos sendo aumentada, a receita do governo subiu de 6,5 bilhões de yuans em 1950 para 13,3 bilhões de yuans em 1951. Porém o processo de combinar a indústria capitalista privada com a indústria estatal deixou de aplicar impostos discriminatórios e políticas de crédito, a consequência foi uma redução massiva do setor privado para menos de 20% da produção total do setor.

O Primeiro Plano dos Cinco Anos, um planejamento de todo o processo econômico e social no período, ocorreu do ano de 1953 a 1957 e foi considerado no geral um grande sucesso, a renda nacional cresceu a uma taxa de média de 8,9%, a produção agrícola 3,8%, crescimentos maiores que sua população que expandiu 2,4%. O Planos dos 5 Anos era uma maneira centralizadora de planejar todo o processo econômico e social do país, dessa forma, o objetivo principal é desenvolver os projetos importantes considerados chaves para o desenvolvimento nacional, controlando a distribuição de forças produtivas e sua contribuição para a economia nacional, de acordo com o que se planeja para o futuro. Para isso, as metas são anunciadas a cada cinco anos, podendo ser feitos ajustes sempre que necessário.

A política dos Planos dos 5 Anos continuou a ser adotada nos planejamentos econômicos e sociais chineses, plano após plano buscavam melhorar os índices de desenvolvimento social, davam continuidade às reformas e aberturas econômicas, estimulavam inovações científicas e tecnológicas, entre outros. A sucessão dos planejamentos buscava aprimorar e ajustar políticas anteriores, em seu segundo plano os governantes concordaram que a indústria pesada deveria receber mais recursos, mas que o campo ainda continuara a ser essencial para o desenvolvimento de longo prazo nas cidades, as fábricas locais pequenas, apesar de menos adiantadas em termos tecnológicos, podiam usar a mão-de-obra e materiais do local, reduzir custos com transportes e iniciar a industrialização do campo. Contudo, o segundo Plano dos 5 Anos nunca foi executado, O Grande Salto para Frente sobrepôs a partir de 1958 os Planos dos 5 Anos, deixando os Planos para serem reutilizados anos mais tarde quando o sonho do Grande Salto se mostrou um terrível pesadelo.

“O projeto mudou consideravelmente a estrutura de produção do país, uma vez que muitos abandonaram suas atividades e passaram a se dedicar à produção de aço em larga escala, provocando desequilíbrios na relação proporcional entre os diversos setores da economia e a siderurgia. Até 1962,

o que se viu foi um decréscimo da agricultura de 4,5% ao ano e baixas taxas de liquidez nacional". (LIMA, 2007, p.35).

4.2.1. Mao Zedong

Por volta de 1920, grupos de estudos radicais reuniam-se nos seis maiores centros urbanos do país, eram formados por intelectuais que se conheciam e encorajavam-se uns aos outros, implantaram um estilo em sua formação, o estilo marxista.

Um dos fundadores, Mao Zedong, começou como discípulo do Movimento de Quatro de Maio, movimento anti-imperialista, cultural e político que cresceu de manifestações em Beijing principalmente contra o Tratado de Versalhes e a permissão dada ao Japão para manter territórios. Mao inicialmente era um moderado que acreditava em reformas, e somente sob constantes frustrações evidentes é que concluiu que a revolução violenta era o único modo de ação possível.

Baseado por sua própria experiência, Mao descreveu a exploração opressiva dos camponeses, desde o trabalhador camponês proprietário de terra até o trabalhador sem-terra, detalhou os aluguéis pesados, altas taxas de juros cobradas, impostos locais pesados, exploração da mão-de-obra agrícola e por fim a cooperação dos proprietários de terras com os Senhores da Guerra e funcionários corruptos para explorar os camponeses. Mao argumentava que a chave do sucesso da revolução chinesa deveria ser encontrada na análise intelectual das classes do campo, seguida de táticas para identificar as classes que poderiam contribuir para com o seu trabalho e por fim fazer dos trabalhadores do partido nas aldeias um guia e catalizador dos problemas.

O Partido Comunista da China por anos não possuiu forças armadas próprias, e seu choque de interesses e filosofias políticas resultou na ruptura com o poderoso Partido Nacionalista em meados de 1927. Pertencente ao Partido Comunista Chinês, Mao e seus integrantes brigavam para não serem dizimados pelo terror branco eminente do Partido Nacionalista, seus membros foram dispersados sob o anonimato, os membros mais dedicados fugiram para lugares remotos no campo, assim desenvolveram pequenas bases espalhadas pelo país, até estabelecerem sua área de base principal nas colinas de Jiangxi, outras áreas de base foram estabelecidas nas montanhas Dabsie e em torno do pantanoso lago Hong. O Partido Comunista

Chinês, PCC, substituiu o proletariado pelos camponeses, suas atividades doutrinárias contribuíram apenas com palavras no papel, jamais suscitaram um movimento de massa. Por volta de 1933, o Comitê Central foi obrigado a sair de Shangai e se mudar para a base central em Jiangxi, chefiada por Mao Zedong. Lá eles mergulharam na vida camponesa e em seus problemas. Desse momento em diante, a personalidade e a mente de Mao tornaram-se o fator central da revolução do PCC.

No final de 1934 o PCC iniciou a Longa Marcha, uma retirada das tropas do Partido Comunista Chinês, Exército de Libertação Popular, para fugir à perseguição do exército do Partido Nacionalista. O exército comunista composto por 100 mil homens percorreu, entre 16 de outubro de 1934 e 20 de outubro de 1935, 9.650 km em condições extremamente duras. A marcha prolongou-se até que as tropas comunistas estabeleceram-se na região de Shaanxi, extremo norte da China, restando algo em torno de 8 mil homens dos 100 mil que iniciaram a marcha.

O objetivo era encontrar uma nova base territorial na periferia do poder nacionalista, o PCC precisava de uma área que pudesse controlar e organizar, a Longa Marcha também ajudou o novo líder comunista a surgir, Mao já estava se distanciando de seus colegas partidários, e assim que se tornou o Chefe Único, preferiu morar em aposentos separados do resto da liderança partidária, daquele momento em diante ele não mais possuía pares ou confidentes, os líderes partidários se organizaram e trabalharam junto sob o comando de um líder principal, Mao Zedong. Uma vez formada, essa liderança mobilizou o povo em sua área apoiar a força militar, derrubar tiranos e expulsar os estrangeiros que alí tomaram as terras, isto é, a mobilização virou uma causa popular de grande aceitação da população.

Diante da constante perseguição e dificuldades do mantimento básico de sobrevivência, o PCC desenvolveu princípios de combate de guerrilha, atraía seus inimigos ao longo de sua linha de suprimentos até que suas unidades avançadas pudessem ser cercadas e isoladas, nunca atacavam sem ter forças maiores e a certeza da vitória, fazendo das forças Nacionalistas vulneráveis sob essas circunstâncias e por fim mobilizavam a classe camponesa para fornecer informações, homens e principalmente alimentos. O movimento foi fortemente “ajudado” pela invasão e posteriormente resistência do Japão, mobilizando as forças Nacionalistas a combatê-los, abrindo oportunidade no campo para o Partido Comunista Chinês estabelecer um novo poder autocrático, excluindo os elementos de uma sociedade

civil urbana, em suma o PCC estava construindo um novo tipo de Estado chinês preparado para a guerra de classes.

Agora que estava no poder, Mao esforçava-se não só para consolidar sua posição, mas também unificar o partido e garantir disciplina. Combateu a burocratização e a rotina da administração, descentralizando, transferia funcionários para trabalhar em aldeias e atacou o individualismo de muitos intelectuais.

Em 1943, Mao apresentou sua doutrina da linha de massa, da qual declarava a necessidade de consulta as massas e de algum tipo de participação das massas no governo, também reafirmava a necessidade de controle e liderança centrais. O povo era consagrado como o árbitro e beneficiário central da revolução, porém algumas pessoas podiam ser rotuladas como inimigas do povo, quando as altas autoridades assim o desejavam ou quando lhes fossem convenientes. Mao possuía de fato uma posição de liderança, e uma vez que a tivesse obtida não deixaria esse poder lhe escapar, penalizando, encarcerando e até mesmo executando àqueles que o opusesse.

4.2.2 O Grande Salto para Frente

O Grande Salto para Frente era uma espécie de programa de aceleração do crescimento da China, implementado por Mao Zedong e o Partido Comunista Chinês. No papel, era um excelente plano que levaria o país a sobrepujar economicamente qualquer nação do ocidente em menos de 15 anos, na prática, foi uma tragédia de dimensões continentais, com um custo inestimável em sofrimento e vidas humanas, não em decorrência das habituais guerras ou rebeliões presenciados no país em sua história, mas das decisões equivocadas e incompetentes de um governo que falava em nome da igualdade e da justiça social, que punia com prisão ou exílio o trabalho no campo forçado ou algum pensamento dissidente por algum cidadão contrário ao que o partido defendia.

A motivação para seu surgimento veio do reconhecimento, no final de 1957, de que o modelo de crescimento industrial stalinista não era o adequado para a economia chinesa, a população rural chinesa crescera 9% até então, enquanto que a população urbana 30%, mas apesar do leve crescimento da população rural, a coleta de grãos praticamente não sofreu alterações, obrigando a China a voltar a pegar empréstimos dos soviéticos. A urbanização tendo passado a industrialização, gerou desemprego urbano, assim como subempregos nas áreas rurais superpovoadas, o governo não

conseguia diminuir a pobreza presente no país, pelo contrário, a pobreza aumentou, portanto, o modelo soviético de taxaço sobre a agricultura para a construção de indústrias chegara ao fim.

Apesar de diretamente ocasionado pelo presidente Mao, o Grande Salto para Frente também representou o entusiasmo de milhões de pessoas originárias da zona rural. Os motivos para seu fracasso foram, primeiro, que as autoridades tinham controle inquestionável sobre os habitantes das pequenas cidades, as autoridades competiam entre si relatando o quão bem haviam conduzido as ordens centrais, porém os relatórios eram falsos. Fairbank (2008, p.339) aponta que quando a coletivização da agricultura em 1955 a 1956 ocorreu de modo mais rápido que o previsto, foi posteriormente descoberto que muitas cooperativas de produtores agrícolas haviam sido criadas em pouco tempo e não eram na verdade capazes de funcionar como o argumentado. Segundo porque a confiança absoluta em Mao, abriu totalmente as portas para a utopia e a ilusão, devido a obediência e o culto a Mao, criou-se uma histeria em massa, o povo trabalhou correndo contra o tempo e abandonou caminhos predeterminados, isto é, abandonou a base de uma construção sólida na ânsia de chegar o mais rápido possível nos objetivos traçados pelo governo. Terceiro porque os economistas e intelectuais foram desvalorizados no movimento anticapitalista na resolução dos problemas, o governo evitou as recomendações de diminuir os investimentos na indústria pesada, que já haviam alcançado uma faixa de 48% do capital aplicado, e direcionar parte deles à indústria de bens de consumo, que por sua vez produziria subsídios para a produtividade dos camponeses, por meio desse método, os ministros também poderiam exercer um papel mais importante no governo.

O fato das propostas não agradarem a Mao, o levou a persuadir seus companheiros de que o campo poderia se superar e que a produção agrícola teria capacidade de se desenvolver por meio da organização da mão de obra rural. O incentivo seria a mesma determinação revolucionária que promoveu o sucesso da campanha de liderança do PCC.

O resultado foi uma descentralização do controle econômico no final de 1957, muitas empresas e até mesmo o controle monetário foram descentralizados, o escritório central estatístico foi separado e realocado de forma fragmentada junto as repartições do planejamento econômico, o enorme aumento na carga de trabalho foi explícito, e apesar das inúmeras construções no país, a mão de obra continuou a ser desqualificada, recursos e equipamentos que poderiam ter desenvolvido a

produtividade individual foram esquecidos. A produtividade agrícola caiu no ano subsequente, porém a permanência dos altos padrões de exigência do governo continuava, mesmo após sucessivas quedas de produtividade agrícola, isso acarretou num gravíssimo período de fome.

O maior crime foi o aumento da requisição e coleta de grãos dos vilarejos, justamente quando haviam tido problemas com a colheita causados não só pela demanda de mão de obra para serviços públicos, como também devido ao mau tempo, a população ficou reduzida a algumas pequenas áreas com cerca de um quinto de grãos habitual que normalmente suas reservas possuíam. Além das pessoas morrerem pela desnutrição ou doenças provindas da baixa de imunidade pela desnutrição, a comida também era usada como arma para forçar as pessoas a cumprirem as tarefas mandadas pelo governo, já pessoas consideradas como de direita ou conservadoras não recebiam alimento adequado e sem os nutrientes necessários morriam mais rapidamente pelas consequências da desnutrição. Luciano Trigo (2017) aponta em seu artigo que pessoas fracas ou os elementos considerados como inaptos pelo Partido foram deliberadamente levados à fome.

Além do desastre econômico houve a ameaça de uma virada política. Peng, um dos comandantes mais conceituados do exército, que fora um dos dez marechais do Exército Popular de Libertação e no momento era ministro da Defesa, relatou a Mao a deterioração da vida no campo, mas Mao encarou o relato como uma ofensa pessoal e afastou Peng do poder. Mao transformara o argumento político do marechal Peng como um ataque pessoal ilegítimo, o uso de discussões pessoais tomou lugar das discussões justas sobre política, a teimosia na briga pessoal destruiu a unidade de liderança do PCC. “Inicialmente, quase todos haviam concordado com a estratégia do Grande Salto para Frente, mas seu fracasso demonstrou a vulnerabilidade de Mao e destruiu a solidariedade que havia entre os líderes”. (FAIRBANK, 2008, p.343). De 1958 a 1960, cerca de vinte a trinta milhões de pessoas morreram em virtude da desnutrição e fome.

5. CONCLUSÕES

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou apontar que durante o período da Revolução Industrial até metade do século XX, a China enfrentou diversas dificuldades em seu processo de industrialização, algumas independentes das outras,

causando letargia no desenvolvimento industrial e econômico em seus acontecimentos. Essas dificuldades marcaram a velocidade de seu desenvolvimento econômico, conseqüentemente marcaram seu poder e influência internacional, restringindo por hora seu comércio internacional, com o fornecimento de produtos com baixos retornos financeiros, tornando sua classificação como um país subdesenvolvido.

A seguir estão pontuados os principais fatores individualizados que geraram atraso nesse desenvolvimento econômico chinês:

1. Seus fatores geográficos criaram a primeira barreira para as inovações da Revolução Industrial, foram fatores não internacionais, suas reservas de carvão, necessárias como fonte de energia das fábricas, localizava-se ao Norte do país, enquanto que suas indústrias estavam localizadas nas regiões costeiras, ao todo, as trajetórias de ligação somavam milhares de quilômetros de distância, o custeio com o transporte inviabilizava esse processo. O segundo fator que limitaram as inovações causado por fatores internos, foi a sua pressão populacional, que cresceu praticamente constantemente no período, e, devido a um excesso de mão de obra tornaram-se menos necessárias inovações que economizassem trabalho, os desejos de aumentar a produtividade eram alcançados com uma maior utilização de sua população que, também por medo de que as maquinarias roubassem os seus empregos, pressionaram pela continuidade do uso de pessoas ao invés de máquinas na produtividade do país. O terceiro principal fator geográfico de atraso foram os rendimentos decrescentes da produtividade de sua população, no desejo de aumentarem a produtividade, os chineses incorporavam novos locais para abrangerem mais pessoas trabalhando, a cada adição de novas terras, essa mão de obra encontrava-se em locais de menor produtividade, adentrando terrenos montanhosos ou arenosos, o distanciamento paralelamente aumentava os gastos com transporte.

2. Seus fatores culturais criaram a segunda barreira, já que os chineses eram muito conservadores, as inovações providas do exterior criavam muito receio na população, a construção de indústrias, portos ou outros locais grandes poderia concentrar multidões, e gerar agitações públicas, outro ponto importante do conservadorismo chinês era a preocupação com suas poucas terras férteis restantes, os desmatamentos poderiam retirar a possibilidade da produção de alimentos. Seus

códigos de ensino e condutas condenavam o lucro e enraizavam estigmas como a obediência dos filhos perante os pais, os mais novos perante os mais velhos, o indivíduo perante o governante, mas seu maior fator de limitação produtiva veio principalmente com a obediência da mulher perante o homem, retirando a autonomia das mulheres, já que não possuíam direito por boa parte do período estudado a educação, trabalhos como os dos homens e direito à propriedades, eram consideradas propriedades de suas famílias, e tornaram-se dependentes dos homens mesmo com grande potencial para trabalhar. Além da submissão aos homens, as mulheres sofreram outro abalo que terminou por diminuir radicalmente sua produtividade na economia, seus pés começaram a serem enfaixados como objeto de arranjos de casamentos pelas famílias, mas essa prática deformava os pés, a ponto de não conseguirem se apoiar sem fazerem grandes esforços físicos. Até então, uma boa parcela das mulheres ajudava em produções agrícolas intensivas ou nas produções de manufaturas, mas depois da disseminação dessa prática a parcela trabalhadora feminina diminuiu massivamente, tornando-se ainda mais dependentes dos homens e diminuindo a força de trabalho que era a forma motriz na economia chinesa. O último fator de grande importância na cultura chinesa eram as leis, pois seu principal objetivo era o de manter o sistema de hierarquias operando, isto é, os imperadores mantinham um sistema de leis baseados no código confuciano, pregando que o governante deve ser deixado governar, assim o poder era perpetuado, aplicando como crime mais hediondo o caso de desobediência, enquanto que o comércio era desprotegido nas leis fracas, a violência aterrorizava os comerciantes na forma de assaltos ou até mesmo na própria perda do comércio pela força, isso quando os funcionários governamentais não exigiam subornos ou não manipulavam o comércio afim de moedas de prata.

3. Os conflitos e guerras retiraram força política e econômica da China, que acabaram por diminuir suas receitas, investimento em inovações e industrialização, por onde os conflitos e guerras passavam, deixavam um rastro de destruição no país, os exércitos locomoviam-se dentro do país, se alimentando do que viam pela frente, por várias vezes não haviam estradas que ligavam os pontos desejados, resultando em grandes destruições de propriedades rurais e industriais. A diminuição das receitas tornou sua população mais pobre e sua economia mais frágil. Além das guerras travadas com diversos povos estrangeiros, o país também experimentou amargamente diversas revoltas e rebeliões internas, que repercutiam na

administração governamental, a capacidade de o governo gerir o país sempre era contestada nessas ocasiões, por fim, os abalos psicológicos e as inúmeras mortes desequilibravam as futuras políticas adotadas pelos novos governos.

4. O quarto e talvez principal fator do atraso do desenvolvimento econômico chinês veio das políticas adotadas no período estudado. Os governantes preocupados em manter o poder acabam por perder o controle em várias situações, começando pelo desinteresse de fundamentar leis rígidas que fossem aplicáveis a toda a população e que fortalecesse o comércio e indústria. O desinteresse na proteção dos investimentos privados e o hábito dos funcionários governamentais de explorarem os comerciantes seguiu a expansão de suas indústrias que já eram pequenas. Segundo, a ânsia de estabelecerem acordos que proporcionassem em teoria retornos milagrosos num breve tempo, fez os governantes chineses abrirem sua economia aos estrangeiros sem calcularem devidamente as consequências. No século XIX, tratados comerciais foram assinados com a Grã-Bretanha, Estados Unidos, França e Rússia, mas não foi benéfico a China, que teve ceder a extraterritorialidade a esses países, isto é, a lei chinesa não se aplicava aos países “invasores” comerciais. O resultado foram várias instalações de portos diante da costa chinesa, comandados por estrangeiros, mas trabalhados por chineses, repletos de produtos estrangeiros que destruíam o comércio interno do país, já que o sistema de tributação era falho, impunha altos tributos aos comerciantes internos, já os externos não, impedindo os chineses de protegerem suas indústrias locais, gerando grandes déficits fiscais na sua balança, o sistema de tratado crescia a medida que as fortunas da Dinastia Qing se deterioravam. Terceiro, administrações burocráticas e incompetentes afugentavam o desenvolvimento interno do país, tributações por vários momentos se tornaram excessivas, como a da gestão da República da China, taxas foram criadas deliberadamente sem estudos, como por exemplo taxa de contribuição para as sandálias dos recrutas do exército. As rendas per-capta reduziram, o poder de compra da população reduziu e os investimentos em melhorias e inovações diminuíram. Por fim para manter mais uma vez o governo vivo e postergar ao máximo a permanência no poder, a gestão da República da China acabou por usar como saída os empréstimos de grandes banqueiros de Shanghai, Beijing e Tianjin, que, além dos sucedidos déficits em sua balança, também adicionaram juros pesados de empréstimos. Quarto, políticas baseadas no medo e repressão, com constantes sequestros e assassinatos fizeram parte das políticas do século XX, a República da

China e mais precisamente a República Popular da China compartilharam desses métodos, Mao Zedong, governante do Partido Comunista Chinês na República Popular da China, aficionado em combater qualquer um que lhe opusesse, traçou planos políticos e econômicos com o objetivo de eliminar a antiga classe dominante do país, junto a isso também foi um exemplo claro da ânsia por práticas políticas e econômicas que trouxessem retornos milagrosos em pouco tempo, seu desequilíbrio psicológico fez com que diversas opiniões de especialistas de finanças e economistas fossem ignoradas por possuírem crenças políticas diferente das suas, críticas ao seu governo eram tratadas como insultos. O resultado foi um desenvolvimento inerte à custa de mais de vinte milhões de vidas causado pela exploração de grãos a sua população.

Nesse interim, os apontamentos dos fatores que retardaram o desenvolvimento econômico chinês, no período que envolve a Revolução Industrial até a segunda metade do século XX, está claro que não foi somente um fator isolado que resumiu a lentidão desse processo, e sim uma junção de fatores como geografia, cultura, conflitos internos e externos e políticas ineficientes adotadas que determinaram o período, seu desenvolvimento industrial atrasado é o resultado das diversas políticas mal calculadas atreladas a problemas socio geográficos que impediram o processo de inovação de forma instantânea, parte ocasionada por fatores internos chineses, e outra parte ocasionada pela abertura aos países estrangeiros que na realidade só estavam interessados em esvaziar os cofres chineses.

REFERÊNCIAS

Fairbank, John King; Goldman, Merle. China: Uma Nova História. 3ª Edição. Porto Alegre – RS – Brasil: L&PM Editores, 2008.

Karl, Marx. A Revolução na China e na Europa. New York Daily Tribune, Nova York, 1ª Edição, 1853.

Korte, Guilherme. Taoísmo na China. 2009. <http://br.china-embassy.org/por/zggk/t150682.htm>. Acesso em: 26/03/2018.

Lima, Érica N. S. O XI PLANO QUINQUENAL CHINÊS: DIMINUINDO AS DISPARIDADES REGIONAIS. Florianópolis - SC: UFSC, 2007.

Schilling, Voltaire. A República Chinesa de 1911: O Fim da Dinastia Manchú dos Qing. 2014. <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/a-republica-chinesa-de-1911-o-fim-da-dinastia-manchu-dos-qing,2008d2c5286da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em 03/07/2018.

Silva, Athos M. M. A Ascensão da China e os seus Impactos para o Leste Asiático. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2015.

Szczepanski, Kallie. O que é o Mandato dos Céus?. 2014. <http://pakuacuritiba.com.br/2014/09/o-que-e-o-mandato-dos-ceus/>. Acesso em: 03/07/2018.

Trigo, Luciano. Mao e o Grande Salto para a Fome: Um Catálogo de Horrores. 2017. <http://g1.globo.com/pop-arte/blog/maquina-de-escrever/post/mao-e-o-grande-salto-para-fome-um-catalogo-de-horrores.html>. Acesso em: 29/06/2018.